
TOMO

Artigo recebido e
publicado em 2004

EVOLUÇÃO SÓCIO TEMPORAL DO TRABALHO E POPULAÇÃO

*Carlos Alberto Vasconcelos **

O futuro não existe; o passado deixou de existir e, por isso, na medida em que sobrevive um registro do passado, os acontecimentos são imutáveis. Esse passado imutável, contudo, não apresenta o mesmo aspecto sempre e em todos os lugares. Apresenta diferentes aspectos em tempos e lugares diferentes e tanto um acréscimo como uma diminuição de nossa informação também podem mudar o quadro. TOYNBEE, Arnold Joseph.

Introdução

Trabalho é a atividade desenvolvida pelo homem, sob determinação das formas, para produzir riqueza. São as condições históricas que lhe dão validade e estabelecem o seu limite.

* M.Sc. em Geografia e Prof. da Associação de Ensino e Cultura Pio Décimo
e-mail geopedagogia@yahoo.com.br

A história do trabalho começa quando o homem buscou os meios de satisfazer suas necessidades - a produção da vida material. À medida que a satisfação é atingida, ampliam-se as necessidades a outros homens e criam-se as relações sociais. O trabalho fica então subordinado a determinadas formas sociais historicamente limitadas e a correspondentes organizações técnicas, o que caracteriza o chamado modo de produção.

A produção e o intercâmbio constituem a base de toda a ordem social. Nesta, o processo de trabalho é tido como o resultado da combinação do objeto, dos meios, da força e do produto de trabalho, o que está explícito em MARX, no seu livro *O Capital*, no qual prossegue, enfatizando que:

Trabalho não se interrompe no produto, no seu valor de uso, mas completa-se no valor de troca, quando então se encontra reproduzido como mercadoria. O que determina o valor de troca são as relações de produção, onde estas são técnicas e sociais. São técnicas quando os agentes da produção (...) se organizam de acordo com a natureza do trabalho (individual ou coletivo). São sociais quando as relações se estabelecem entre o produtor direto (trabalhador não-proprietário) e o indireto (o proprietário dos meios, que depende do produtor direto). No processo de produção, as relações sociais é que determinam as condições do trabalho, isto é, assalariado ou não, tendo em vista a finalidade da produção (Marx, 1983:79).

Dessas relações com as características apontadas, é o objeto de análise proposto pelo estudo da pré-história, compreendida através de quatro pontos fundamentais, apontados por Oliveira (1987): passagem da vida nas cavernas naturais para cabanas construídas em pedra e madeira; desenvolvimento de conhecimentos técnicos, aplicados na fabricação de instrumentos de pedra - inicialmente lascada, depois polida - empregados na caça, na pesca, na luta corporal com animais de grande porte e com outros homens; passagem da vida individual-familiar para a vida em grupo com a apropriação coletiva de áreas de exploração econômica e com a prática de atividades coletivas; desenvolvimento do pensamento e da religião pela reciclagem permanente das formas de explicação dos fenômenos naturais observados empiricamente.

A pré-história representa um imenso laboratório em que o homem realizou as suas primeiras experiências na descoberta e na invenção, verdadeiros avanços na sua busca pela adaptação e pela transformação do meio em busca da satisfação de suas necessidades vitais, o que representa evolução na criação de condições materiais de sobrevivência.

A origem da palavra **trabalho** e seu conteúdo lembram dor, suor do rosto e fadiga. Em nossa língua, a palavra originou-se do latim *tripalium*, que era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes munidos de pontas de ferro, que serviam para esfiapar o trigo, as espigas de milho e rasgar o linho. O termo *tripalium* liga-se ao verbo do latim vulgar *tripaliare* que significa tortura, e é o uso desse instrumento como meio de tormento que a palavra significou por muito tempo e ainda tem a conotação de algo como padecimento e cativo.

Na linguagem usual, o vocábulo **trabalho** tem diversos significados. Embora pareça compreensível, como uma das formas elementares de ação dos homens, o seu sentido varia. Entretanto, vamos citar o conceito de Aranha (1989:18), que diz: "o trabalho é a ação transformadora dirigida por finalidades conscientes, a partir do qual o homem responde aos desafios da natureza".

O homem trabalha quando exerce atividades espirituais e corporais que poderão exigir esforço ou não, mas que tragam resultados perceptíveis e satisfatórios aos seus anseios.

Através do trabalho, o homem transforma a natureza, e esta atividade se distingue da ação animal porque é dirigida por um projeto (antecipação da ação pelo pensamento) e, portanto, é deliberada, intencional.

Mas o trabalho, além de transformar a natureza, humanizando-a, procede também à união dos homens, transformando o próprio homem. Pelo trabalho, o ser humano se autoproduz: desenvolve as suas habilidades, a imaginação; aprende a conhecer suas próprias forças, a força da natureza e a desafiá-las; percebe suas limitações; relaciona-se com os companheiros e vive os afetos de toda relação; impõe-se uma disciplina. O homem não é sempre o mesmo, visto que o trabalho altera a visão que ele tem do mundo e de si mesmo.

No estudo populacional, tanto no âmbito local quanto em nível mundial, é necessário utilizar recursos numéricos ou dados estatísticos para

quantificar os fenômenos demográficos, a estrutura e as condições de vida do contingente humano. Entre esses recursos, destacam-se os indicadores demográficos, as pirâmides etárias e os indicadores sociais. A partir destes, os governantes desenvolvem políticas sociais e planejam atividades econômicas.

Talvez a divisão do trabalho seja, apesar de tudo, um mal necessário. Estando a máquina a ocupar o lugar do homem, este retoma um outro trabalho mais complicado, do qual se ocupa logo a seguir, dividindo-o, simplificando-o, com o objetivo de novamente transformá-lo, num trabalho de máquina e assim por diante, de maneira que a máquina invada cada vez mais o campo da ação do operário manual, e que se levando o sistema às suas últimas conseqüências, a função do trabalhador se tornaria cada vez mais intelectual. Este ideal agrada muito, mas a transição é muito penosa, pois é preciso, antes de ter encontrado as máquinas, que o operário, devido à simplificação do trabalho, se torne, ele próprio, uma máquina e sofra as conseqüências deploráveis de uma necessidade embrutecedora.

VISÃO FILOSÓFICO-HISTÓRICA DO TRABALHO

Por intermédio do trabalho, é estabelecida uma relação dialética entre a teoria e a prática: o projeto orienta a ação e esta altera o projeto, que de novo altera a ação, fazendo com que haja evolução dos processos empregados, o que gera um processo histórico. Além disso, para que esse distanciamento da ação seja possível, é preciso que o homem tenha a linguagem, pela qual representa o mundo (torna presente no pensamento o que está ausente) e comunica-se com o outro. O trabalho realiza-se então, e sobretudo, como atividade coletiva.

A concepção de trabalho sempre esteve predominantemente ligada a uma visão negativa. Mesmo na Bíblia, Adão e Eva viviam felizes até que o pecado provocou sua expulsão do Paraíso e a condenação ao trabalho com "suor do seu rosto". A Eva coube também o "trabalho de parto".

Na antigüidade grega, todo trabalho manual era desvalorizado e realizado pelos escravos. A atividade teórica era considerada a mais

digna do homem, cuja essência é fundamentalmente a de um ser racional. Para Platão, a finalidade dos melhores homens é a "contemplanção das idéias".

Entre os romanos, o conceito de *negotium* mostra a oposição entre negócio e ócio: é um conceito que se define pela "ausência de lazer".

Na Idade Média, São Tomás de Aquino quis redimensionar a valorização do trabalho manual, dizendo que todas as formas de trabalhos se equivalem; mas, na verdade, a própria construção teórica do seu pensamento, calcada na visão grega, tende a valorizar a atividade contemplativa. Muitos textos medievais consideram a *ars mechanica* (arte mecânica) uma *ars* inferior. Esta atitude resulta, tanto na Antigüidade como na Idade Média, na impossibilidade de a ciência se desligar da filosofia.

Na Idade Moderna, a situação começa a sofrer algumas nuances: o crescente interesse pelas artes mecânicas e pelo trabalho geral justifica-se pela ascensão dos burgueses, vindos de segmentos dos antigos servos que compravam sua liberdade e dedicavam-se ao comércio.

A burguesia nascente procura novos mercados e há necessidade de estimular as navegações: no século XV, começam os grandes empreendimentos marítimos que culminam com as grandes descobertas do novo caminho para as Índias e das terras do Novo Mundo. A preocupação de dominar o tempo e o espaço faz com que se aperfeiçoem os relógios e a bússola. Com o aperfeiçoamento da tinta e do papel e a descoberta dos tipos móveis, Gutenberg inventa a imprensa.

No século XVIII, a mecanização no setor da indústria têxtil sofre impulso extraordinário na Inglaterra com o aparecimento da máquina a vapor, que aumenta significativamente a produção de tecidos. Outros setores se desenvolvem, como o metalúrgico; também no campo se processa uma revolução agrícola.

O resplendor desse processo levanta, em contrapartida, uma questão social, visto que as condições subumanas recrudescem no século XIX: extensas jornadas de trabalho, de dezesseis a dezoito horas, sem direito a férias, sem garantia para a velhice, doença e invalidez; arregimentação de crianças e mulheres, mão-de-obra mais barata; condições insalubres de trabalho, em locais mal-iluminados e sem higiene; com baixos rendimentos, os trabalhadores também viviam mal alojados e em promiscuidade.

Da visão desse estado de coisas é que surgem, no século XIX, os movimentos socialistas e anarquistas, que pretendem denunciar e alterar tal situação.

É a partir da relação de dominação que Hegel, filósofo alemão do século XIX, faz a primeira leitura otimista da função do trabalho, na célebre passagem do "senhor e do escravo", descrita na fenomenologia do espírito. Hegel refere-se a dois homens que lutam entre si, e um deles sai vencedor, podendo matar o vencido; este, não ousando sacrificar sua própria vida, submete-se ao vencedor. Daí convém "conservar" o outro como "servo", pois esta é a condição de ser reconhecido como senhor. Agora é o servo submetido que tudo faz para o senhor; este, com o tempo, descobre que não sabe fazer mais nada, pois colocou, entre si e o mundo, o escravo, que domina a natureza. O ser do senhor se descobre como do ser do escravo e, em compensação, o escravo, aprendendo a vencer a natureza, recupera de certa forma a liberdade. O trabalho surge, então, como a expressão da liberdade reconquistada (Aranha & Martins, 1993).

A dinâmica demográfica não é homogênea em todos os lugares. Ela reflete as principais características da economia do local e da vida do grupo social.

Relacionando-se o fator trabalho, tem-se que os indicadores sociais assumem importância, daí estes merecerem ser destacados. São dados numéricos que revelam a qualidade de vida de determinada população, ou seja, indicam as condições em que esta vive: se na pobreza, se tem suas necessidades básicas atendidas ou se goza de um padrão de vida.

FORMAÇÕES PRIMITIVAS

A Pré-História - período compreendido entre o surgimento do homem e a formação das primeiras sociedades humanas divididas em classe - tem como características tipificadoras a formação e a organização primitiva das relações básicas das sociedades humanas. A Pré-História está dividida em três etapas: Paleolítica, Mesolítica e Neolítica.

Foi nesse período que o homem realizou suas primeiras experiências na descoberta e na invenção, verdadeiros avanços na luta pela adap-

tação e pela transformação do meio em busca da satisfação de suas necessidades vitais.

As chamadas formações primitivas realizavam o trabalho coletivo em busca da produção necessária, isto é, a produção de valores de uso, operada em nível de economia natural. Esses grupos eram conhecidos como comunidades tribais, nas quais a terra era o meio básico para sua subsistência: era propriedade comum (pertence a toda a comunidade), inclusive a dos mortos. A principal atividade econômica era a agricultura, juntamente com a criação de animais de corte e de tração; a caça e a pesca eram atividades subordinadas. A produção de excedentes e determinadas formas de troca significavam o avanço das forças produtivas no interior das comunidades tribais.

Nessas comunidades não havia classes sociais nem poder político claramente determinado. O trabalho era organizado pela combinação simples da apropriação e das necessidades sociais. O produto do trabalho, necessário ou excedente, era propriedade coletiva.

A base do sustento da comunidade residia na agricultura. O tempo de lazer era importante para o desenvolvimento das forças produtivas, empregado na fabricação de instrumentos e utensílios.

O trabalho realizado em nível de economia de posição era estabelecido de acordo com a idade, sexo e parentesco. Neste nível pressupõe-se que a economia de mercado, dentro de qualquer tipo de formação social concreta, produzia excedentes que, através da distribuição e redistribuição, compreendiam relações de troca.

A realização das forças produtivas era acelerada com a fixação da comunidade na terra, condição de existência da apropriação e de seus mecanismos sociais, do que resultou a formação simultânea e gradativa da economia de excedentes, promotora da distribuição e da redistribuição complexas e fator decisivo da desintegração da organização comunitária tribal.

TRANSIÇÃO: DO ESCRAVISMO AO SERVILISMO

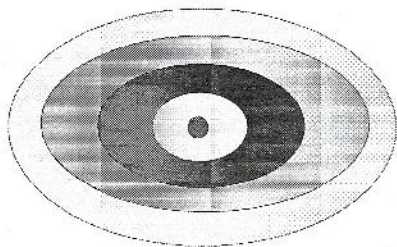
A passagem do escravismo ao servilismo foi marcada após as invasões bárbaras. O trabalho escravo já não correspondia às necessidades

da produção com o avanço dos latifúndios e a institucionalização do colonato. As estruturas de produção se enfraqueceram e o empobrecimento generalizou-se.

Os Bárbaros compunham tribos em que o regime de propriedade era comunitário e o pastoreio, atividade dominante. Apesar de a propriedade ser coletiva, a comunidade constituía-se de proprietários individuais.

A organização dos meios de produção dava-se sob o domínio do território, e este era realizado em torno da aldeia, onde cada uma subsistia independentemente da outra. O contato com os romanos alterou ligeiramente algumas formas gerais da organização germânica primitiva, gerando uma certa hierarquia no interior dos seus agrupamentos.

Havia um modelo clássico de organização rural entre os germanos que representava o esquema de funcionamento de uma aldeia germânica. Este esquema apresentava semelhança com o modelo de Von Thünen, baseado nos seis anéis agrários, tendo no centro do Estado Isolado a cidade-mercado. Como demonstra Anderson *apud* Oliveira, as terras eram distribuídas da seguinte maneira:



-  No centro, as terras residenciais interligadas;
-  Ao seu redor, as terras cercadas em que se praticava a horticultura distribuídas de acordo com o número de famílias habitantes das terras residenciais;
-  As terras de agricultura, constituídas de campos agrícolas dominados, cada um, pelas unidades familiares da tribo e trabalhadas no sistema trienal de cultivo (sistema dos três campos), prática que será comum na exploração feudal posterior
-  As terras de pastagem, comuns a todo o grupo tribal, onde cada família possui o seu pequeno rebanho, apascentado com os demais as outras famílias;
-  As terras de bosques, divididas, como nos outros casos, em função dos cortes de lenha e da coleta, cujos frutos servem à alimentação de animais de pequeno porte, criados ao redor das habitações.

FORMAÇÕES FEUDAIS

O feudalismo foi a última etapa no processo histórico das formações pré-capitalistas.

Há duas etapas claramente definidas na caracterização histórica do feudalismo, ambas articuladas com a história política européia: a primeira Idade Feudal compreende a formação e organização do sistema marcado politicamente pelos primeiros resultados das invasões bárbaras e a instituição dos reinos Carolíngio e Merovíngio; e a segunda compreende o pleno funcionamento do feudalismo na Europa, como resultado das articulações fundamentais decorrentes da desagregação do reino Carolíngio e do surgimento do poder local como característica dominante. Para muitos cientistas sociais, o modelo representativo do feudalismo é o tradicional modelo francês.

O feudalismo sugere, fundamentalmente, a persistência de formas de coerção direta muito variáveis, traduzidas pelo trabalho compulsório sob relações de dominação e de servidão. Estas relações concretizam-se no campo, onde o produtor direto não é proprietário da terra e trabalha para o senhor sob formas de dependência social e jurídica legitimadas pelo poder político.

Tratando-se do regime da terra, é preciso distinguir inicialmente duas etapas no processo de ocupação das terras na Europa feudal. A primeira corresponde à ocupação das terras disponíveis durante a fase de combinação dos modos de produção anteriores, e a segunda corresponde à expansão dos territórios agrícolas, com a ocupação de áreas até então ociosas.

Desde o século III d.C., a nobreza romana procurava estabelecer novas relações que atendessem à necessidade de apropriação dos excedentes produzidos no campo. O *colonus* representava procura, mas não eliminava o camponês livre arrendatário, o pequeno proprietário e o escravo.

As invasões bárbaras aceleraram a fixação dessas relações. Os chefes bárbaros associavam-se à aristocracia territorial romana como *hospites*. Esta associação permitia a ampliação das terras cultivadas.

O resultado mediato foi a conversão das terras alodiais (os alódios) em feifs (feudos), mais tarde foedus. Inaugurou-se assim a vassalagem, que era o "embrião da combinação da grande propriedade fundiária e de numerosas pequenas explorações" (Oliveira, 1987).

O *mansus* era a célula fundamental da civilização agrária da Idade Média; pequena unidade de exploração agrícola, de estrutura simples. Os *manses* eram divididos em *manses ingenuiles*, porções destinadas aos colonos livres; *manses serviles*, destinados aos servos; *manses lidiles*, pequenas porções destinadas aos escravos manumitidos.

A *villa* consistia na maior unidade de produção nas formações feudais, uma característica da época Merovíngia. Dividia-se em duas partes: *indiminicatum*, terreno destinado à casa de moradia e suas dependências, e *tenências*, que eram as parcelas cedidas às famílias de cultivadores dependentes.

A exploração da terra e do trabalho constituía-se sempre em um elo com as atividades de exploração da terra e a sujeição do trabalhador. Eram fixadas pelo chamado senhorio. A relação fundamental do senhorio era a senhoria, feudo-vassálica, pressuposto da exploração econômica dentro da hierarquia feudal.

Três são as formas principais de apropriação da renda no feudalismo. A primeira era a corvéia, na qual o camponês trabalhava o seu próprio lote e realizava o trabalho compulsório nas terras exclusivas do senhor. A segunda caracterizava-se pela exploração de terras comuns ao senhor e ao camponês, que recebia, pelo seu trabalho, uma parte da produção para o seu sustento, e o senhor apropriava-se do excedente: tratava-se da banalidade. A terceira seria a concessão de direito de exploração do solo e da venda do excedente pelo próprio camponês.

Um tipo de trabalhador muito numeroso nos feudos era o diarista, o jornaleiro. O trabalho camponês era realizado em diversas áreas: nas terras de cultivo, nas de pastoreio e nas florestas.

Nos dias atuais, a visão de campesinato está representada na chamada ideologia do pequeno burguês ou pelo pequeno proprietário que trabalha a sua terra fugindo da condição de trabalhador rural.

DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO

A passagem do feudalismo para o capitalismo corresponde cronologicamente ao período compreendido entre os séculos XIV-XV e XVIII-XIX. Durante esse período, iniciou-se a decadência do feudalismo na Europa ocidental, tendo em vista que determinadas formas históricas avançavam para a consolidação do capitalismo.

Os traços gerais da transição do feudalismo para o capitalismo foram explicáveis pela adoção da fórmula do mercantilismo.

O mercantilismo significou historicamente uma política global adotada pelo Estado Moderno Europeu, de caráter centralizador e absolutista, voltada para os interesses da burguesia emergente no período, sob várias formas: comercial, na Inglaterra; industrial, na França; metalista, na Espanha. A prática do mercantilismo implica a adoção do exclusivismo garantido pelo Estado, que interessa reciprocamente a ele e à burguesia, graças ao qual esta desempenha seu papel histórico no processo de acumulação.

Pode-se inserir nesse contexto alguns marcos específicos, como por exemplo: a queda do feudalismo no período de transição para o capitalismo, forma esta que se contradiz cada vez mais agudamente com as formas emergentes de coerção econômica, tanto na economia rural como na urbana, ao ver que a forma dominante de coerção foi extra-econômica.

Alguns fatores foram decisivos para o avanço da renovação européia, como a expropriação camponesa e a exploração colonial.

O grande passo dado pela economia rural foi a ampliação das áreas cultivadas e o emprego permanente do arroteamento. A circulação de moeda e a construção de estradas melhor transitáveis também contribuíram para esse avanço.

Faz-se mister frisar que as cidades, sobretudo as européias, tiveram como gênese a junção de contingentes humanos que abandonaram o campo para comercializar os excedentes agrícolas. Daí iniciou-se o processo de troca.

As relações entre proprietário e trabalhador rural acabaram por libertar o camponês da terra, mas não eliminaram determinadas formas de dependência que ainda hoje permanecem no campo. Já as manufatu-

ras têxteis constituíam o principal núcleo de atividade econômica na transformação dos centros urbanos.

O comércio tornou-se o setor mais desenvolvido da economia européia entre os séculos XVI e XVIII. A prática do comércio transformou velhos centros fechados de outrora em grandes cidades comerciais. O desenvolvimento urbano correspondeu, assim, ao ativo trabalho da burguesia no mundo da produção agrícola, do tráfico colonial e das finanças, bem como no controle da produção manufatureira. Os efeitos na Europa, além das altas de preços, residiam no incremento do surto produtivo, na instituição das primeiras formas de trabalho assalariado e no aumento dos lucros.

As condições do trabalhador, seja em setores primários, secundários ou terciários, sempre foram formas de exploração permanentes na Europa ocidental.

Arrendatários e parceiros constituíam o tipo mais bem conhecido na estrutura de produção agrícola no período de passagem para o capitalismo. Ambos realizavam, no primeiro caso, a produção, tendo em vista os compromissos de aluguel e, no segundo, a repartição dos produtos com os proprietários das terras cultivadas, mas dificilmente o camponês conseguia acumular alguma coisa que lhe permitisse a independência.

Os campos contam ainda com um tipo de mão-de-obra mais precária do que as duas apresentadas anteriormente. O jornaleiro (diarista) é aquele trabalhador que perambula pela zona rural, oferecendo sua força de trabalho, sem direito a arrendamento ou à parceria. Sua presença é mais significativa nas épocas de colheita, quando existe um recrutamento em massa.

A burguesia investidora em terras encontra no sistema de arrendamento e de parceria as condições de exploração do trabalho capazes de garantir a produtividade e incentiva a produção, investindo em técnicas que permitem o desenvolvimento de cultivos de especulação.

O burguês, ao contrário do trabalhador rural, sempre viveu de atividades secundárias e terciárias, mas tendo a terra como reserva de valor, o que não lhe impedia de também ser considerado agricultor.

O trabalho nas manufaturas caracterizou de forma cabal e concreta a intitulada manufatura-padrão na transição ou têxtil. Era nesse

setor de produção onde ocorriam as transformações mais significativas. As manufaturas nas cidades européias responderam pela separação entre capital e trabalho, acelerando a divisão de trabalho complexa das grandes indústrias no capitalismo.

As oficinas expandiram-se e instalaram-se nos subúrbios das cidades, livrando-se gradativamente das regulamentações feudais.

As corporações francesas do século XVII organizaram-se sob a intervenção real, transformando os ofícios livres em ofícios juramentados. Com isso, reduziu-se sensivelmente o número de oficinas livres.

A intervenção real nas corporações beneficiou a burguesia; assim, a monarquia encontrou, na burguesia e nos mestres, os aliados na luta contra a feudalidade.

No século XVIII, a política colonial francesa contribuiu para o enfraquecimento das estruturas corporativas, com a intervenção de comerciantes estrangeiros e o ingresso de trabalhadores vindos das colônias, o que representava a "bancarrota" das corporações de ofícios. Foi dado, assim, o grande passo para a implantação das grandes indústrias urbanas.

Uma das fontes do trabalho livre urbano podia ser encontrada na população de artesões-aprendiz e o camponês-artesão, que ocupava o tempo excedente na produção de artigos para o manufatureiro-comerciante.

Com a divisão do trabalho organizada para atender ao aumento da demanda com maior produtividade, a divisão profissional do trabalho foi substituída pela divisão técnica, em que as oficinas de artesanato medievais eram substituídas pela distribuição de funções nas oficinas de manufaturas modernas.

De importância igual para o mercantilismo "da época" deve ser lembrada a fase industrial e comercial representada pelas Ilhas britânicas, em especial pela Inglaterra.

FORMAÇÕES CAPITALISTAS

O móvel do capitalismo foi a denominada Revolução Industrial, caracterizada pela evolução tecnológica aplicada na produção e a consequente revolução nos processos de produção e nas relações sociais, combinação que confere um caráter social a essa Revolução (Canêdo, 1987).

A Revolução Industrial apresenta três fases: a primeira corresponde ao período de transformações tecnológicas e sociais promovidas basicamente no setor têxtil e na introdução da máquina a vapor, em substituição às antigas fontes de energia até então empregadas (força manual, tração animal, energia hidráulica). A segunda fase da Revolução Industrial é compreendida pela expansão da maquinaria, que é acompanhada de novos avanços tecnológicos, especialmente a descoberta da eletricidade como força motriz e de combustíveis produzidos do petróleo (como a gasolina), a invenção do rádio, do submarino e dos motores de explosão, sendo o automóvel o invento mais expressivo do aproveitamento desses motores. A terceira fase caracteriza-se pela automação que representa o estágio mais recente da evolução tecnológica: a invenção do computador (microeletrônica, cibernética, etc).

Paradoxal é que no mesmo século em que construímos esse "instrumento fantástico", que é o cérebro eletrônico, as inúmeras possibilidades de um magnífico progresso de conhecimento, fruto de muito trabalho humano, vão-se frustrar numa tecnologia destrutiva da natureza e distanciada da felicidade dos homens.

Com a Revolução Industrial, o expressivo crescimento da produção eliminou logo as formas anteriores de apropriação do trabalho, baseadas no controle do Estado e das corporações. A apropriação dos meios e o controle do trabalho passam ao burguês capitalista. A relação "burguês-trabalhador" no interesse da produção faz da força de trabalho mercadoria: o trabalho é apropriado pelo dinheiro, pelo salário.

O proletariado surgido com a grande indústria urbana fica sujeito a todas as vicissitudes da expansão burguesa. O trabalhador torna-se apêndice da máquina e a sua capacidade produtiva condiciona-se à noção de lucro, isto é, pelo que o seu trabalho representa na consecução do produto. Estabelece-se, portanto, o domínio do trabalho pelo capital e a mais-valia torna-se a marca registrada dessa dominação.

Deve-se levar em consideração que essas categorias ou estratos sociais sempre tiveram em constantes lutas de classe, devido a choques de interesses e dominação de uma sobre a outra pelo acúmulo de capital.

Segundo Tomazi, apoiado em Marx, o processo capitalista de trabalho apresentou três características na sua época:

- a) **a divisão entre trabalho intelectual e manual:** todo trabalho manual envolve alguma atividade mental, assim como todo trabalho mental envolve uma atividade corporal. O que se pretende afirmar aqui é que existem alguns que concebem, planejam, calculam a produção, isto é, definem o que produzir, como produzir e quanto produzir. Do outro lado, estão aqueles que executam as atividades planejadas e programadas, rotineiras e padronizadas, sem interferir na discussão e decisão de como se dará o processo produtivo;
- b) **o controle hierárquico:** esta característica tem por fundamento o acompanhamento, a verificação, enfim, o controle sobre o processo de trabalho e mais diretamente sobre o trabalhador, e isto pode se dar de múltiplas formas: através do gerente, do supervisor, dos anotadores ou através de ordens, listas de tarefas, ou mesmo de atividades rotinizadas, em que a seqüência de operações produtivas faz com que um trabalhador precise do trabalho do outro para desenvolver o seu;
- c) **a fragmentação e desqualificação crescente do trabalho:** a fragmentação das tarefas no interior da unidade produtiva foi uma constante desde que apareceram as primeiras fábricas até muito recentemente. Cada operário deveria conhecer cada vez menos sobre as atividades e a relação entre elas. Os operários passaram a dominar uma parcela cada vez menor no processo produtivo, fragmentado em um número elevado de atividades, e a necessidade de qualificação para cada operação tendeu a ser menor ainda, podendo o trabalhador ser substituído a qualquer momento.

Analisando diferentes processos de trabalho ao longo da história do capitalismo, podemos perceber como essas características foram se constituindo.

As duas primeiras formas de organização da produção e do trabalho foram a cooperação simples e a manufatura, que ocorreram na época da transição do feudalismo para o capitalismo. Na cooperação simples, o proprietário do capital reúne um grupo de artesãos que não detém mais os meios de produção; porém continua responsável por todo o conjunto

de tarefas necessárias à execução de uma certa mercadoria. Não há ainda a divisão do trabalho na produção, apenas se organizam as matérias-primas, as ferramentas, os horários, os locais, como também a relação entre os trabalhadores: o que fazem o mestre, os diaristas, os aprendizes. Mantém-se o mesmo processo de produção anterior, só que sob o controle do proprietário do capital, que decide o que e quanto produzir, mas ainda não como produzir.

Na manufatura se introduz um elemento essencial para a futura caracterização do processo de trabalho propriamente capitalista: as várias atividades, que antes eram todas centralizadas na confecção do produto por inteiro agora são fragmentadas, decompostas e reorganizadas, de tal forma que cada trabalhador realiza apenas parte do processo de produção.

A fragmentação das atividades faz parecer a figura do trabalhador coletivo, isto é, um grupo de trabalhadores que, no conjunto, produz muito mais do que se cada um, separadamente, fizesse determinado produto na íntegra. Cada um faz uma parte, conseqüentemente produz-se mais. Desta forma, a simples mudança no processo produtivo altera substancialmente o caráter da produção, haja vista que também não se precisa mais de trabalhadores que saibam todo o processo de produção, e sim contratar um que saiba proceder a algumas operações, alguém que no final possa dar o acabamento e realizar o controle da produção.

Mas é com a mecanização e o surgimento da fábrica que se concretiza o processo de trabalho propriamente capitalista, designado por maquinofatura. É aqui que aparece o fenômeno da passagem da destreza manual para a máquina. Aquilo que se fazia com as mãos e as ferramentas passa a ser feito gradativamente por máquinas.

Entretanto, há uma controvérsia sob o ponto de vista social, demográfico e econômico, pois o "boom" da máquina substituindo o trabalho humano é fato consumado. Contudo, questiona-se: a máquina produz, mas quem consome é a sociedade, e se a sociedade perde poder aquisitivo, como se justifica o exagerado aumento da produção? E a automação do trabalho futuramente trará esta equação a ser resolvida pelos detentores dos meios de produção e do capital, pois os salários

tornaram-se inelásticos, como o consumo poderá “explodir” ou mesmo aumentar até de maneira simplória?

Nesse momento, o trabalhador não necessita mais saber fazer determinado produto, ou mesmo uma parte deste. Ele precisa saber operar uma máquina, que tem um motor (força motriz própria) e um conjunto de mecanismos. Nem precisa mais utilizar ferramentas. Ele agora está submetido aos mecanismos da máquina. Deste modo, a sua destreza manual foi transferida para a máquina, e ele deve muitas vezes apenas ligá-la, desligá-la e regulá-la; ela o controla e o domina no processo de trabalho, determinando, inclusive, o ritmo de trabalho.

A divisão do trabalho em manual e intelectual não está presente só no fato de existir quem pensa e quem executa, mas está também inserida nas próprias máquinas, que foram concebidas para dispensar cada vez mais a força física do trabalhador, bem como a sua capacitação para usá-las. Mesmo assim, o trabalhador não só tem que preparar os materiais que a máquina vai utilizar, como também limpá-la, regulá-la, observar se não há nenhuma falha. Ele fica, assim, subordinado a ela.

A maquinofatura tem-se desenvolvido desde o final do século XX, e sua última fase é a automação. Atualmente, já existem máquinas “inteligentes”, que fazem quase tudo o que um trabalhador pode fazer. Com a automação crescente, a maioria dos trabalhadores necessita de pouca qualificação, uma vez que essas máquinas têm grande autonomia em relação a eles. Nesse processo é necessário um pequeno grupo de trabalhadores altamente especializados, que, além da programação, faz os sistemas das máquinas funcionarem. Desta feita, se as máquinas anteriores incorporavam a destreza manual dos trabalhadores, as novas máquinas computadorizadas incorporam também a capacidade mental, exigindo cada vez menos qualificação para manuseá-las. Aqui, todas as fases, ou quase todas, do processo produtivo podem ser programadas, de tal forma que há apenas a exigência de pessoal altamente qualificado para o desenvolvimento dos programas necessários a essas operações (Tomazi, 1997).

Essas fases, no processo histórico do capitalismo, foram se sucedendo gradativamente, mas ainda hoje todas elas continuam existindo, isoladas ou combinadas, servindo para a acumulação do capital e

fazendo com que poucos enriqueçam e muitos continuem vivendo na miséria.

O trabalhador industrial passa a integrar a massa do proletariado, no momento livre da compulsão feudal, a partir da sua libertação, numa relação determinada por regras do mercado e do lucro, de um lado, e pelo índice de produtividade, de outro.

Os principais indicadores sociais são o nível de saúde, de instrução e a renda média, que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um critério internacional adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a avaliação da população mundial.

O trabalho no capitalismo foi permanente tema na Ciência Social e teve como expoente significativo Karl Marx. Para este, a indústria fundou a história mundial, tornando cada nação, cada indivíduo, dependentes, para a satisfação das suas necessidades, do mundo inteiro. Ela destruiu em geral o natural, tanto quanto isso é possível no trabalho, e todas as relações sociais foram substituídas pelas relações do dinheiro. E acrescenta que

as forças produtivas entravam no regime da propriedade privada, passando a ter um desenvolvimento limitado; uma quantidade de forças não pode absolutamente ser utilizada sob o regime da propriedade privada. Ela torna intolerável ao trabalhador não somente a relação com o capitalista, mas o próprio trabalho (Marx, 1983:169).

Vai daí, que a grande indústria não atinge em todos os países e em todas as regiões de um país o mesmo nível de desenvolvimento. Nesta ótica, não entra o movimento do proletariado, porque os operários que permanecem fora da grande indústria são mergulhados por ela em condição de vida pior ainda do que a dos próprios trabalhadores da grande indústria.

A mais-valia é a forma mais visível de exploração do trabalhador seja de maneira absoluta, seja relativa.

Mediante o contrato de trabalho, o trabalhador despende energia para produzir, em troca de uma remuneração do trabalho, com a qual

reproduz sua energia: o salário, o qual deve corresponder às necessidades do trabalhador e de sua família, sejam necessidades materiais e/ou culturais.

O elemento mais importante na exploração capitalista é a mais-valia, pois a extração desta gera lucro ao capitalista, uma vez que ela representa tempo extra de trabalho não-remunerado e, além disso, como bem questiona Alborno (1998:38):

chegamos a uma das características mais decisivas do mundo do trabalho em que vivemos, que é a sua submissão ao capital, aos interesses dos capitalistas e dos proprietários... a força do trabalho é dada como uma mercadoria.

Em termos de mais-valia, torna-se até desnecessário fazer comentário mais aprofundado, pois a concepção marxista é dual: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, ambas comumente utilizadas, quer por grandes grupos econômicos urbano-industriais, quer no mundo agrícola.

Os movimentos operários constituíram-se historicamente na forma e na força de reivindicações da classe trabalhadora. Desde o início da Revolução Industrial, os trabalhadores buscaram reagir contra o emprego da máquina, considerada fator de desemprego e de supressão do trabalho.

A organização operária espalhou-se pela Europa e, a partir de 1848, articularam-se amplos encontros de operários com a presença de sindicalistas, trabalhadores e intelectuais com a finalidade de discutir os grandes temas ligados à formação da consciência operária, isto é, da consciência de classe.

Concretamente, os movimentos operários permitiram a conquista de benefícios que aliviaram a exploração do trabalho pelo capital, alcançando algumas conquistas como: extensão do direito universal ao voto; direito de organização sindical e cooperativa com a extensão para formação de centrais de trabalhadores; legitimação de leis trabalhistas em códigos jurídicos, que colocam o Estado como elemento de mediação e não de intervenção; assistência médico-hospitalar, jurídica e previdenciária, extensiva à família do trabalhador; e co-gestão da empresa.

TECNOLOGIA E DESEMPREGO

O ser humano sempre esteve em busca de instrumentos que amenizassem seu labor diário. Assim, os hominídeos descobriram que era mais prático domesticar animais do que caçá-los, e que plantar os frutos rendia muito mais do que colher o que crescia espontaneamente. Desde os primórdios, os simplificados engenhos mecânicos eram fabricados em função da força do movimento dos braços e dos pés, multiplicando, assim, a potência motora do homem. Isto aconteceu, por exemplo, com os índios brasileiros, que imediatamente lançaram mão dos equipamentos dos portugueses, como a foice e o machado para a derrubada das matas.

No trabalho artesanal, então, a destreza humana e a habilidade do artífice eram fundamentais. Com o advento das máquinas, na Revolução Industrial do século XVIII, foi preciso dar ao trabalhador o adestramento necessário para acionar o maquinário. A força bruta das máquinas exigia a habilidade e a agilidade humanas. A máquina dependia do homem e o homem, da máquina.

Embora fosse considerada uma atividade tradicionalmente praticada por velhos, mulheres e crianças, o artesanato está presente desde os grandes centros turísticos do globo até zonas rurais simplórias e distantes do denominado "consumismo".

O desemprego deixou de ser privilégio de países pobres como o Brasil. Em vez disso, atinge duramente a juventude de qualquer país. Os chefes de Estado dos países mais ricos que formam o Grupo dos Sete (G7) vêm se reunindo seguidamente com o objetivo de encontrar uma solução para esse doloroso drama.

Nos países do chamado Primeiro Mundo, o alto custo da mão-de-obra, devido aos salários e também aos encargos sociais, vem levando as indústrias a automatizarem tudo o que podem. Hoje, a velocidade é importante para que se encurte o período entre planejamento, início da fabricação e lançamento de um produto no mercado.

A competição econômica força as empresas a buscarem eficácia máxima. Conseqüentemente, isso acarretou a ruína dos países de regime socialista altamente burocráticos, levou grandes corporações multina-

cionais à crise, pois seu tamanho as tornava lerdas, e evidenciou a ineficiência de algumas pesadas empresas estatais protegidas da concorrência. Não é difícil antever que, para sobreviver, as grandes organizações se comporão em unidades menores, com descentralização dos locais de trabalho, para assim terem a agilidade das pequenas empresas (Carmo *apud* Kupstas, 1997).

Na sociedade pós-industrial, que já se iniciou, temos um mercado inseguro com constantes mudanças. O sistema de produção torna-se mais flexível, com planificação a curto prazo. Máquinas universais são capazes de produzir uma imensa variedade de tipos de modelos e pequenos estoques suficientes para as necessidades do momento. Produtos melhores, mais compactos e baratos demonstram que as empresas estão condenadas a sofrer alterações o tempo todo e a intervalos cada vez mais curtos.

Em nossos dias, a globalização é um eixo temático presente em discussões mais variadas à luz da ciência, sobretudo das Ciências Sociais, pois o processo de globalização vai além do mercado e do Estado tradicionais, rompendo com as fronteiras existentes entre países e criando novos acordos ou pactos, sobretudo de cunho econômico, rotulado de político-social.

Alienação na produção, quer sociológica quer econômica, política, histórica e espacial, apresenta facetas diversas em cada sistema produtivo. Nos sistemas domésticos de manufatura, era comum o trabalhador conhecer todas as etapas da produção, inclusive a de projeto do produto. A partir da implantação do sistema fabril, no entanto, isso não será mais possível devido à crescente complexidade resultante da divisão do trabalho. Então surge a dicotomia concepção-execução do trabalho justamente ao processo pelo qual um grupo de pessoas concebe, cria, inventa o que vai ser produzido, inclusive a maneira como vai ser produzido, e outro se limita à simples execução do trabalho. Essa divisão foi intensificada no início do século XX, quando Henry Ford introduziu o sistema de linha de montagem na indústria automobilística. O homem enfim foi reduzido a gestos mecânicos, tornado-o "esquizofrênico" pelo parcelamento das tarefas, como bem retrata o filme *Tempos Modernos* de Charles Chaplin.

A expressão teórica desse processo de trabalho parcelado é levada a efeito por Frederick Taylor (1856-1915), na qual estabelece os parâmetros de um método científico de racionalização da produção, daí em diante conhecido como taylorismo, e que visa aumentar a produtividade, economizando tempo, suprimindo gestos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo.

Esse sistema foi implantado com sucesso nos EUA no início do século XX e logo extrapolou os domínios da fábrica, atingindo outros tipos de empresa, os esportes, a medicina, a escola e até o lar.

Taylor parte do princípio de que o trabalhador é indolente, gosta de “fazer cera” e usa os movimentos de forma inadequada. Observando esses gestos, determina a simplificação deles, de tal forma que a devida colocação do corpo, dos pés, das mãos, possa aumentar a produtividade. Também a divisão e o parcelamento do trabalho se mostram importantes para a simplificação e maior rapidez do processo. São criados cargos de gerentes especializados em treinar operários, usando cronômetros e depois vigiando-os no desempenho de suas funções. Os bons funcionários são estimulados com recompensas; os indolentes, punidos. Taylor tentava convencer os operários de que tudo isso era para o bem deles, pois, em última análise, o aumento da produção reverteria em benefícios também para eles, gerando a “sociedade da opulência”. Esse sistema faz com que o setor de planejamento se desenvolva, tendo em vista a necessidade de sofisticar as formas de controle e execução do trabalho.

Não é fácil submeter o operário a um trabalho rotineiro, irreflexivo, repetitivo, em que o próprio homem se encontra reduzido a gestos estereotipados. Se não compreendemos o sentido da nossa ação e se o produto do trabalho não é nosso, é bem difícil dedicar-nos com empenho a essa tarefa. O taylorismo substitui as formas de coação visíveis, de violência direta, pessoal, de um “feitor de escravos”, por exemplo, pelas formas sofisticadas e sutis que tornam o operário dócil e submisso. Impessoaliza a ordem, que não aparece mais com a face de um chefe que oprime, mas a dilui nas ordens de serviço do “setor de planejamento”. Esse processo retira toda a iniciativa do operário, que cumpre ordens, modelando seu corpo segundo critérios exteriores, “científicos”, e

criando a possibilidade da interiorização da norma, que culmina com a figura do operário-padrão (Kupstas, 1997).

No Brasil, o taylorismo e o fordismo tiveram eco já nas décadas de 1920 e 1930, quando o empresariado e, até mesmo, o escritor Monteiro Lobato, ao tomarem conhecimento do processo, saudavam-no entusiasticamente.

Não parece difícil entender que todos esses dados nos ajudam a compreender a relação entre homens e máquinas. As novas técnicas de produção do início do século XX chegaram quase a transformar muitos dos trabalhadores em autômatos: movimentos precisos e gestos ritmados pela cadeia de montagem.

Como consequência do explicitado acima, temos tanto em países desenvolvidos como em países periféricos sérios problemas sociais, políticos, econômicos, demográficos, etc. Cresce o setor informal; o desemprego se elastece; a redução de salários é dita – pelos detentores do capital – como inevitável. Em consequência disso explodem movimentos sociais de cunho trabalhista, como por exemplo: greves, passeatas, paralisações e interferências dos sindicatos, tanto na categoria patronal como mediadora dos interesses operários, que são a mola propulsora do chamado progresso e/ou desenvolvimento.

Outro setor que merece destaque é o de abastecimento. É necessário construir cada vez mais centrais de abastecimento metropolitanas para facilitar a distribuição dos produtos aos pontos de venda da cidade.

Além disso, há os agravantes ambientais, como os da água e do ar, provocados pelas indústrias e pelo elevado número de veículos em circulação.

Muito se discute sobre a qualidade de vida nas grandes cidades, principalmente quanto às questões socioculturais. As relações familiares, as relações de vizinhança, a educação, a religião e a vida social como um todo parecem estar sempre ameaçadas pela violência, falta de segurança, individualismo, etc.

O processo de globalização contemporâneo implica a formação de uma sociedade global, que se depara com uma nova realidade. As mudanças ocorridas na estrutura do emprego, o aprofundamento das desigualdades sociais e a necessidade de se deslocar para outro país a fim de encontrar trabalho fazem emergir os problemas dessa nova sociedade.

O crescimento populacional tem sido um problema para a economia dos países, especificamente do Terceiro Mundo. Tratando-se do urbano, tem-se o grande problema da habitação, pois à medida que aumentam as migrações do campo para a cidade, os preços dos imóveis de moradia se elevam, alimentando a especulação imobiliária.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O trabalho humano se diferencia do trabalho animal pela capacidade que o homem tem de projetar suas realizações, enquanto que o do animal é intencional, cuja ação não é deliberada nem movida por finalidades conscientes.

À medida que o trabalho "dignifica o homem" também o aliena, e perante sua própria força de trabalho, num mundo selvagem, vence o melhor. Essa alienação deriva do próprio homem, do produto de seu esforço físico e/ou intelectual e do processo de seu trabalho; é uma consequência da organização (i)legal do capitalismo vigente e da Divisão Social do Trabalho (DST).

A partir do domínio que o homem exerce sobre a natureza também exerce esse domínio sobre si mesmo, aprendendo a conhecer suas próprias forças e limitações. Desenvolve a disciplina, as habilidades, impõe-se uma disciplina, relaciona-se com os companheiros e vive os afetos de toda relação. É nesse sentido que se diz que pelo trabalho o homem se autoproduz, pois ele se modifica e se constrói a partir de suas ações. E nesse movimento constrói sua liberdade.

Somos uma sociedade de trabalhadores desempregados, angustiados pelas opressões do mundo contemporâneo, da automação e dos demais aspectos nos quais estamos inseridos e até mesmo excluídos.

A importância do trabalho é tão evidente que determina as condições materiais do homem, interagindo-o com a natureza. É através desta que o homem dá início e controla as relações materiais entre a sociedade e a própria natureza.

Em nossa sociedade, o trabalho manual é menos valorizado que o intelectual porque a nossa sociedade, além de ser capitalista é elitista,

na qual só o serviço que é exercido pela classe dominante é valorizado. Nas sociedades antigas, somente escravos e mulheres trabalhavam utilizando a força física, e essa divisão causa até hoje preconceitos.

Percebe-se que a sociedade capitalista forma o indivíduo menos cidadão, pois não existem no terceiro mundo tecnologia e educação adequadas para adaptação às transformações vigentes.

Diante do que vimos, o trabalho se torna alienado do seu produto quando este não possui os meios de produção, bem como num processo de produção mecanizado e em série, lhe é "tolhido" o direito de antecipar o que produzir - reflexos da divisão do trabalho.

Todo trabalho supõe tendência para um fim e esforço. Para alguns trabalhos, este esforço será preponderantemente físico; para outros, preponderantemente intelectual. A maioria dos esforços intelectuais se faz acompanhar de esforço corporal e vice-versa. Daí não dever existir esta dualidade.

Do ponto de vista do capital, o trabalho só é produtivo quando cria valor - valor maior do que o consumido, que dê lucro para a empresa que o realiza - mais valia.

Na América Latina, a industrialização se dá tardiamente, no século XX, quando já se concentram grandes contingentes humanos ao redor dos centros urbanos, às vezes ultrapassando-se algumas etapas da indústria para a era da computação/informática.

No mundo moderno, apesar de o trabalho ser, na maioria das vezes, alienante para alguns, pode-se afirmar que ainda é uma atividade que, de certa forma, torna o homem digno, dando-lhe um aspecto de liberdade.

O trabalho é uma atividade sócio-histórica na vida humana. Embora se pense ser um meio de libertação e realização, isto só vai acontecer realmente quando a classe dominante reconhecer e aceitar o real valor da força de trabalho do homem e propiciar-lhe, através de uma remuneração justa, vida digna, atendendo a suas necessidades de sobrevivência.

A Divisão Social do Trabalho - processo pelo qual as atividades de produção e reprodução social diferenciam-se e especializam-se - é desenvolvida por diferentes indivíduos ou grupos. Qualquer sociedade asse-

gura uma divisão do trabalho, tanto mais complexa e profunda quanto mais desenvolvida ela for. Está fundamentada em diversas características como sexo e idade, que lhe conferem um caráter natural – Divisão Natural do Trabalho.

A produção em todo o mundo é baseada no trabalho assalariado e está organizada para o lucro e a universalização do capital.

A economia mundial deixou de ser controlada pelos Estados Nacionais. No mundo globalizado, são as grandes empresas multinacionais e/ou corporações que decidem os rumos da economia, responsabilizam-se pelo desenvolvimento de novas tecnologias, pela realização de investimentos no âmbito mundial, pela ampliação do comércio e pela geração de novos empregos.

Interpretando Ianni (1993), o mercado de trabalho globalizado cria para a população ativa uma situação de interdependência econômica que interfere na vida de todos os trabalhadores, ampliando as oportunidades, facilitando o acesso aos mercados de elevado poder aquisitivo e gerando novos mercados consumidores, além de aumentar a produção econômica e criar empregos em vários lugares do globo terrestre. Por outro lado, submete os trabalhadores a uma única dinâmica econômica, de modo que a competição no mercado de trabalho se converte num problema de sociedade global.

Segundo dados do Banco Mundial (1995), a população economicamente ativa do mundo corresponde a 2,5 bilhões de trabalhadores que se concentram principalmente nos países subdesenvolvidos, onde o crescimento populacional é mais acelerado e predominam as populações jovens em idade ativa, como se pode observar no (Quadro 1).

Ainda segundo o Banco Mundial, nos próximos anos 90% desses trabalhadores estarão integrados ao mercado global, sofrendo impactos das transformações econômicas em andamento, que incluem mudanças tecnológicas profundas, o rebaixamento salarial, o desemprego e o aumento das desigualdades.

No Brasil, o IDH encontra-se entre 0,701 a 0,900, numa escala que vai de 0 a 1, o que lhe confere um certo status em relação a outros países do mundo subdesenvolvido.

QUADRO 1

População Ativa – 1995 (milhões de trabalhadores)	
Países desenvolvidos	380
Países subdesenvolvidos	2120
Mundo	2500

Fonte: Banco Mundial. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1995: o trabalhador e o processo de integração mundial.

A preocupação com o desemprego e o crescimento populacional aparece cada vez mais entre os estudiosos e especificamente entre os próprios trabalhadores, que vêm em seu cotidiano a redução do número de “postos de trabalho” e o aumento dos gastos.

Parece existir um descompasso entre crescimento populacional/econômico, o aumento da interdependência global e a oferta de emprego. Tal temática é fundamental na própria lógica do crescimento, pois os indivíduos só podem ser agentes consumidores se tiverem um salário para gastar, conseqüentemente uma renda/emprego.

Há, em qualquer população, pouquíssimos indivíduos aos quais não se aplica a necessidade universal de trabalhar.

O crescimento populacional em qualquer país absorve capital e recursos que poderiam ser utilizados para aumentar a média do padrão de vida.

De fato, é quase certo que o crescimento econômico nos países desenvolvidos é, ou será brevemente, sufocado pelo crescimento populacional, justamente como está claramente estorvado nos países subdesenvolvidos. Um bom exemplo são os EUA, onde não há necessidade de mais pessoas para trabalhar. Na verdade, passamos atualmente ao mesmo tempo de superprodução e de desemprego real ou disfarçado.

RESUMO

O presente artigo discorre sobre os estágios/fases pelos quais passou o trabalho, enfocando as principais transformações ocorridas em cada época, desde sua origem até os dias atuais. Explicita a exploração do trabalhador, especificamente dentro de uma sociedade perversa - a capitalista. Trata-se de uma reflexão sobre a importância desta atividade para a sobrevivência do homem, e consequentemente sua realização e, até mesmo, felicidade, correlacionando-a com as adversidades contemporâneas, a exemplo da tecnologia e do desemprego, que massificam a população.

Palavras-Chave: Trabalho, Capitalismo, Sociedade, Exploração, População.

ABSTRACT

The present article discusses the stages/phases through which labor went through, focusing on the main changes which took place in different periods of time, since its origins until the present days. It describes the exploitation of the worker, specifically inside a perverse society - the capitalist society. It is a reflection about the importance of labor for the survival of the human being and the consequent search for a sense of achievement, and even happiness, establishing a relationship between labor and contemporary adversities, such as technology and unemployment, which massify the population.

Key words: labor - capitalism - society - exploitation - population.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6 ed., São Paulo: Brasiliense, 1998 (Coleção Primeiros Passos, 171).

ARANHA, Lúcia. **Educação e trabalho no contexto da III revolução industrial**. São Cristóvão/SE: Editora da UFS, 1999.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**, 1995: o trabalhador e o processo de integração mundial.

CARMO, P. Sérgio do. **O Trabalho na economia global**. São Paulo: Moderna, 1998 (Coleção Polêmica).

CANÊDO, L. Bicalho. **A Revolução industrial**. 8 ed., São Paulo: Atual, 1987, (Discutindo a História).

CATTANI, A. David. (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1997.

EHRlich, Paul R.; EHRlich, Anne H. **População, recursos, ambiente**. São Paulo: EDUSP, 1974.

GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

_____, **Populações ativas**. São Paulo: Difel, 1979.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

KUPSTAS, Márcia, (Org.). **Trabalho em debate**. São Paulo: Moderna, 1997 (Coleção Debate na Escola).

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MOREIRA, Igor. **O espaço geográfico: geografia geral e do Brasil**. 39 ed., São Paulo: Ática, 1998.

OLIVEIRA, C. Roberto. **História do trabalho**. São Paulo: Ática, 1987 (Série Princípios, 93).

PATERSON, J. H. **Terra, trabalho e recursos: uma introdução à geografia econômica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCALZARETTO, Reinaldo. **Geografia geral: nova geopolítica**. 2 ed. São Paulo: Scipione, 1993.

TOYNBEE, Arnold Joseph. **A humanidade e a mãe terra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

TOMAZI, N. Dacio. **Sociologia da educação**. São Paulo: Atual, 1997.

VERRIÈRE, Jacques. **As políticas de população**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.